Convergências do Sul Global

Global South Convergences

Convergencias del Sur Global

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard de Lima Monteiro

Resumo: O UNOSSC destacou seu Boletim de março e consolidou parcerias estratégicas, com destaque para o lançamento da iniciativa global de Cooperação Triangular junto à OCDE e o fortalecimento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul. O foco recaiu sobre a resiliência urbana e saúde via inovação digital, intercâmbio técnico no Sul Global e a convocação para capacitação em redução de riscos de desastres. Sob a presidência da ZOPACAS, o Brasil fortaleceu a cooperação Sul-Sul com novas estratégias para o Atlântico Sul. Por intermédio da ABC e da Embrapa, consolidou parcerias históricas na cadeia do algodão em Mali e Camarões. Paralelamente, a Fiocruz debateu sua internacionalização no Senado Federal e reafirmou, em Lyon, seu compromisso com a ciência e a equidade global no Fórum de Centros Colaboradores da OMS. O G-77 e a China intensificaram a defesa por uma reforma sistêmica na governança global. Na AGNU, condicionaram a Inteligência Artificial à Agenda 2030, exigindo financiamento para infraestrutura e denunciando possíveis impactos ambientais no Sul Global. Nas consultas informais sobre o fórum FfD, reivindicaram um sistema multilateral baseado em regras que garanta uma integração justa das nações do Sul Global nas cadeias de valor. Sobre a iniciativa ONU80, defenderam que mudanças estruturais não diluam mandatos de desenvolvimento, enquanto no acordo BBNJ, reivindicaram que a sede da Secretaria seja estabelecida em um país em desenvolvimento, priorizando a transferência de tecnologia marinha. Em relação ao MNA, o destaque foi a 5.ª Conferência de sua Rede Parlamentar em Istambul. O encontro transpôs as Declarações de Tashkent e Kampala para marcos legislativos, fortalecendo a soberania tecnológica em cooperação com a UIP. Esse protagonismo é amplificado pela "Estratégia 2026", que integra a eficiência tecnológica do ASAN Service à diplomacia humanitária do NAMYO, capacitando jovens líderes para negociações em saúde e tecnologia e preparando as bases para uma governança global equilibrada. O Centro Sul liderou debates sobre justiça financeira e acesso à saúde. Destacou a coordenação do Sul Global para a Convenção-Quadro Tributária da ONU e defendeu medidas contra o abismo digital. Na saúde, propôs soluções contra barreiras de patentes em medicamentos para tuberculose e anticorpos monoclonais, visando garantir a equidade tecnológica.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Abstract: *The UNOSSC highlighted its March Newsletter and consolidated strategic partnerships, emphasizing the launch of the global Triangular Cooperation initiative with the OECD and the strengthening of the Global Alliance for South-South Cooperation. The focus was on urban resilience and health through digital innovation, technical exchange in the Global South, and the call for capacity building in disaster risk reduction. Under the presidency of ZOPACAS, Brazil strengthened South-South cooperation with new strategies for the South Atlantic. Through the ABC and Embrapa, it consolidated long-standing partnerships in the cotton production chain in Mali and Cameroon. Simultaneously, Fiocruz discussed its internationalization at the Federal Senate and reaffirmed, in Lyon, its commitment to science and global equity at the WHO Forum of Collaborating Centres. The G-77 and China intensified their advocacy for systemic reform in*

global governance. At the UNGA, they conditioned Artificial Intelligence on the 2030 Agenda, demanding infrastructure financing and denouncing potential environmental impacts in the Global South. During informal consultations on the FfD Forum, they called for a rules-based multilateral system that ensures the fair integration of Global South nations into value chains. Regarding the UN80 initiative, they argued that structural changes should not dilute development mandates, while in the BBNJ agreement, they demanded that the Secretariat's headquarters be established in a developing country, prioritizing marine technology transfer. As for the NAM, the highlight was the 5th Conference of its Parliamentary Network in Istanbul. The meeting translated the Tashkent and Kampala Declarations into legislative frameworks, strengthening technological sovereignty in cooperation with the IPU. This leadership is amplified by "Strategy 2026," which integrates the technological efficiency of the ASAN Service with the humanitarian diplomacy of NAMYO, training young leaders for strategic negotiations in health and technology and laying the foundations for a balanced global governance. The South Centre led debates on financial justice and access to health. It highlighted the coordination of the Global South for the UN Framework Convention on International Tax Cooperation and advocated for measures against the digital divide. In health, it proposed solutions to address patent barriers for tuberculosis medicines and monoclonal antibodies, aiming to ensure technological equity.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

Resumen: *La UNOSSC destacó su Boletín de marzo y consolidó alianzas estratégicas, con especial énfasis en el lanzamiento de la iniciativa global de Cooperación Triangular junto a la OCDE y el fortalecimiento de la Alianza Global para la Cooperación Sur-Sur. El enfoque se centró en la resiliencia urbana y la salud a través de la innovación digital, el intercambio técnico en el Sur Global y la convocatoria para la capacitación en reducción de riesgos de desastres. Bajo la presidencia de la ZOPACAS, Brasil fortaleció la cooperación Sur-Sur con nuevas estrategias para el Atlántico Sur. Por intermedio de la ABC y de la Embrapa, consolidó alianzas históricas en la cadena del algodón en Malí y Camerún. Paralelamente, la Fiocruz debatió su internacionalización en el Senado Federal y reafirmó, en Lyon, su compromiso con la ciencia y la equidad global en el Foro de Centros Colaboradores de la OMS. El G-77 + China intensificó la defensa de una reforma sistémica en la gobernanza global. En la AGNU, condicionaron la Inteligencia Artificial a la Agenda 2030, exigiendo financiamiento para infraestructura y denunciando posibles impactos ambientales en el Sur Global. En las consultas informales sobre el foro FfD, reivindicaron un sistema multilateral basado en reglas que garantice una integración justa de las naciones del Sur Global en las cadenas de valor. Sobre la iniciativa ONU80, defendieron que los cambios estructurales no diluyan los mandatos de desarrollo, mientras que en el acuerdo BBNJ, reivindicaron que la sede de la Secretaría se establezca en un país en desarrollo, priorizando la transferencia de tecnología marina. En relación con el MNOAL, lo más destacado fue la 5.ª Conferencia de su Red Parlamentaria en Estambul. El encuentro transpuso las Declaraciones de Taskent y Kampala a marcos legislativos, fortaleciendo la soberanía tecnológica en cooperación con la UIP. Este protagonismo se ve amplificado por la "Estrategia 2026", que integra la eficiencia tecnológica del ASAN Service con la diplomacia humanitaria de NAMYO, capacitando a jóvenes líderes para negociaciones estratégicas en salud y tecnología, y sentando las bases para una gobernanza global equilibrada. El South Centre lideró debates sobre justicia financiera y acceso a la salud. Destacó la coordinación del Sur Global para la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cooperación Tributaria Internacional y defendió medidas contra la brecha digital. En salud, propuso soluciones contra las barreras de patentes en medicamentos para la tuberculosis y anticuerpos monoclonales, con el objetivo de garantizar la equidad tecnológica.*

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

14 de abril de 2026 – Lançamento da iniciativa "Da evidência ao impacto: um apelo global à cooperação triangular"



Esta iniciativa estabelece como um marco estratégico para consolidar a cooperação triangular como um pilar central na agenda de desenvolvimento global.

Liderada de forma conjunta pelo UNOSSC, pela OCDE e pelo Governo de Portugal, por intermédio do Instituto Camões, a iniciativa busca superar a fragmentação de dados no setor, transformando evidências concretas em ações eficazes.

Para isso, convida governos, agências multilaterais e a sociedade civil a compartilharem resultados práticos, conjuntos de dados e lições aprendidas sobre o que efetivamente funciona em parcerias que integram beneficiários, parceiros principais e facilitadores, demonstrando o valor agregado dessa modalidade em relação aos modelos bilaterais tradicionais.

O ano de 2026 assume um papel importante nesse cronograma, inaugurando um ciclo de alta visibilidade para a cooperação triangular que servirá de base para grandes processos diplomáticos.

As evidências que serão coletadas a partir de abril alimentarão as discussões do 10.º Encontro Internacional sobre Cooperação Triangular, previsto para ser realizado em outubro de 2026, e apoiarão a conversão dos compromissos da 4.ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) em resultados operacionais.

Além disso, as melhores contribuições ganharão projeção na plataforma South-South Galaxy, do UNOSSC, promovendo o intercâmbio de soluções tecnológicas e sociais entre os países do Sul Global. Nesse cenário, a liderança de Portugal reforça a função da cooperação triangular como uma ponte política e técnica entre o Norte e o Sul, especialmente em regiões como África e América Latina.

Ao submeter projetos de sucesso desenvolvidos em parceria com atores diversos, a instituição não apenas garante visibilidade no mapa global do UNOSSC, como também fortalece o argumento de que a inovação, a ciência e a tecnologia são ferramentas essenciais para fechar lacunas de implementação na saúde global.

A iniciativa valida um modelo de governança mais colaborativo e eficaz para enfrentar os desafios contemporâneos do desenvolvimento.

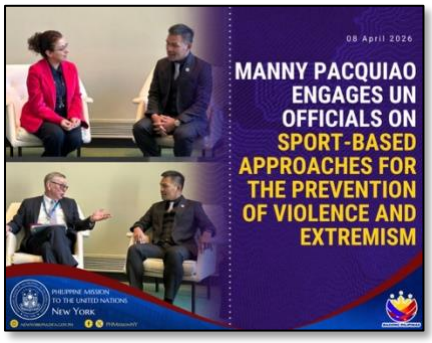
10 de abril de 2026 – Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular



Em parceria com a Fundação das Nações Unidas, o UNOSSC promoveu a primeira mesa-redonda informal dedicada à Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular.

O encontro representou um avanço estratégico na estruturação de uma plataforma conectada e orientada pela demanda por soluções compartilhadas. A diversidade de perspectivas trazida pelos parceiros foi essencial para consolidar a Aliança como um mecanismo dinâmico, liderado pelo UNOSSC, voltado ao fortalecimento de parcerias globais e ao intercâmbio de inovações.

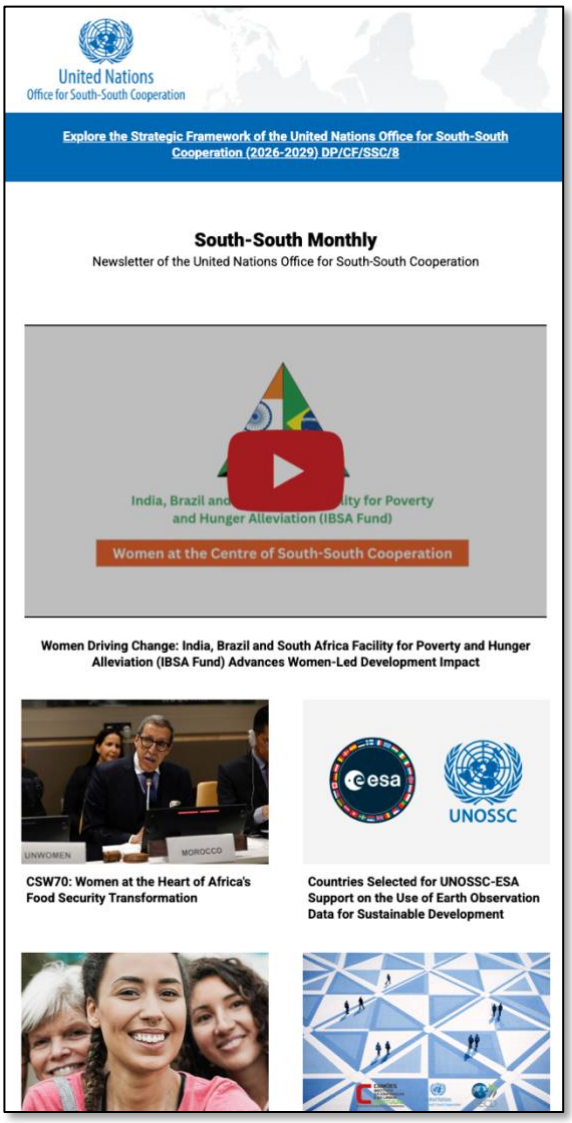
8 de abril de 2026 – Esporte para prevenir violência e extremismo



Em um encontro estratégico mediado pela Missão das Filipinas junto à ONU em Nova York, o Sr. Manny Pacquiao reuniu-se com Alexandre Zouev, do Escritório das Nações Unidas de Combate ao Terrorismo (UNOCT), e Dima Al-Khatib, Diretora do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC).

A reunião destacou o compromisso das Filipinas com abordagens comunitárias baseadas no esporte para prevenir a violência e o extremismo.

Durante o intercâmbio, os líderes discutiram o papel do esporte como uma linguagem universal capaz de unir povos e gerar oportunidades, com foco especial no apoio à juventude — o maior segmento demográfico do Sul Global. Na ocasião, Dima Al-Khatib manifestou o interesse do UNOSSC em divulgar essa experiência em suas plataformas globais, celebrando a missão de promover a paz por meio da inclusão social e esportiva.



Boletim do UNOSSC – março 2026

Esta edição da *South-South Monthly* (março de 2026) traz destaques que reforçam o papel da Cooperação Sul-Sul (CSS) como motor de resiliência e inovação tecnológica.

Um dos destaques foi o Fortalecimento Digital e Dados com ênfase para os corredores digitais sul-sul, cujo foco é reduzir o abismo digital, permitindo que países em desenvolvimento compartilhem infraestrutura e soluções de e-governança sem depender exclusivamente de tecnologias proprietárias do Norte.

Outro destaque foi o lançamento do Relatório Regional do Escritório das Nações Unidas de Cooperação Sul-Sul e Escritório de Coordenação de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNOSSC-DCO) sobre o apoio do sistema ONU à cooperação na América Latina e Caribe. É um documento essencial de evidências sobre como a cooperação técnica está sendo implementada "no terreno", especialmente em relação à saúde e clima.

Há também detalhamentos sobre projetos apoiados pelo Fundo Índia-ONU e Fundo IBSA como em Fiji, Uganda e Libéria (via Fundo IBSA) e a modernização de sistemas de dados na Moldávia (via Fundo Índia-ONU).

E ainda a Preparação para Desastres e Resiliência Urbana com o anúncio do 5º curso de capacitação em Redução de Riscos de Desastres com foco em cidades resilientes. Reforçando a ideia de que a saúde global é multissetorial: cidades preparadas para desastres climáticos aliviam a pressão sobre os sistemas de saúde.

CHAMADA Programa Conjunto de Certificação UNDRR, UNOSSC e UNTB 2026



O Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) e o Banco de Tecnologia da ONU para os países menos desenvolvidos (UNTB) estão oferecendo o Programa Conjunto de Certificação UNDRR, UNOSSC e UNTB 2026 "**Aproveitando a**

Inovação Tecnológica, a Tomada de Decisões Baseada em Evidências e a Cooperação Sul-Sul para abordar o Risco Urbano Sistêmico e Fortalecer a Resiliência a Desastres".

O curso foca em como a Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) e a Cooperação Sul-Sul e Triangular podem ser utilizadas para enfrentar riscos sistêmicos — aqueles que afetam simultaneamente a saúde, a economia e o meio ambiente nas cidades.

O conteúdo é desenhado para fortalecer a resiliência urbana com base em quatro eixos principais:

- Tomada de Decisão Baseada em Evidências: Uso de dados técnicos e científicos para formular políticas públicas de redução de riscos de desastres (DRR).
- Inovação e CTI: Aplicação de novas tecnologias (como IA e monitoramento geoespacial) para prever e mitigar desastres climáticos e sanitários.
- Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST): Intercâmbio de soluções e boas práticas entre países em desenvolvimento para fortalecer a Agenda 2030.
- Resiliência em Saúde Pública: Fortalecimento dos sistemas de saúde locais, com apoio direto da OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), para responder a emergências complexas.

Serão 3000 vagas para participantes de todo o mundo, e o público-alvo serão gestores públicos, formuladores de políticas, especialistas em diplomacia da saúde e profissionais de planejamento urbano.

O programa será oferecido e inglês com interpretação simultânea em árabe, chinês, francês, **português,** russo, espanhol e Língua Internacional de Sinais.

Mais **informações –** https://www.undrr.org/event/undrr-unossc-paho-untb-2026

Brasil na cooperação Sul-Sul em saúde



9 de abril de 2026 – Estratégia de Cooperação adotada durante reunião ministerial da ZOPACAS no Rio de Janeiro

Sob a presidência do Brasil, os países membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) adotaram a primeira Estratégia de Cooperação do grupo durante sua IX Reunião Ministerial. O marco estabelece um novo momento para o mecanismo ao estruturar uma atuação orientada a resultados, com foco em segurança marítima, meio ambiente, ciência e desenvolvimento sustentável.

Criada em 1986 por iniciativa brasileira e via resolução da Assembleia Geral da ONU, a ZOPACAS é um mecanismo intergovernamental que reúne 24 Estados da África e da América do Sul. Embora tenha surgido no contexto da Guerra Fria para evitar a militarização e a presença nuclear no Atlântico Sul, o fórum evoluiu para uma agenda abrangente de cooperação Sul-Sul, integrando pesquisa científica, proteção ambiental e segurança regional.

A estratégia adotada no Rio de Janeiro define 11 áreas prioritárias — entre elas, pesquisa oceanográfica, pesca sustentável e proteção de infraestrutura —, prevendo ações de capacitação técnica e criação de redes de conhecimento.

O encontro também inaugurou a presidência brasileira para o próximo triênio. No âmbito da implementação prática, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) terá papel central na coordenação de projetos técnicos. Além disso, reuniões bilaterais com países africanos consolidaram o compromisso regional com o diálogo e a construção de soluções compartilhadas para desafios comuns. Para saber mais, clique aqui.

Declaração do Rio de janeiro – 9 de abril de 2026



21 de março a 5 de abril de 2026 – Brasil e Mali reforçam parceria histórica na cadeia produtiva do algodão

No âmbito da cooperação técnica internacional, o Brasil recebeu, no final de março e início de abril, uma missão oficial do Mali voltada ao fortalecimento da cadeia produtiva do algodão.

O país africano, que integrou o grupo pioneiro de beneficiários da cooperação brasileira no setor, solicitou a visita por meio de seu governo para promover o intercâmbio de experiências sobre práticas sustentáveis e geração de renda rural.

Coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a agenda da delegação — composta por representantes governamentais, pesquisadores e produtores — incluiu visitas a instituições de referência que são pilares da inovação no campo. O grupo conheceu de perto o modelo de sucesso do Centro de Difusão de Tecnologias Algodoeiras de Catuti e as operações da Embrapa Algodão (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Durante a missão, os participantes também interagiram com especialistas das seguintes organizações:

EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais): Responsável por levar o conhecimento científico diretamente ao agricultor no campo.

EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais): Focada no desenvolvimento de tecnologias e inovações adaptadas às condições climáticas regionais.

AMPA (Associação Mineira dos Produtores de Algodão): Entidade que representa os produtores e atua na organização e defesa dos interesses da categoria.

O objetivo central foi acompanhar processos de assistência técnica, sistemas produtivos integrados e gestão de negócios agrícolas, adaptando o conhecimento técnico brasileiro à realidade malinense. Esta visita consolida uma parceria que já dura mais de duas décadas, reafirmando o compromisso do Brasil com a Cooperação Sul-Sul e o fortalecimento institucional de seus parceiros africanos. Para saber mais, clique aqui e aqui.



4 a 16 de março de 2026 – Cooperação Sul-Sul fortalece cadeia do algodão e agricultura familiar nos Camarões

Uma missão brasileira capacitou 82 técnicos em Camarões em mecanização do cultivo de algodão e metodologias de extensão rural, como parte do projeto de cooperação Sul-Sul **"Aumento do Potencial de Produção de Algodão em Camarões"**. Coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a iniciativa conta com a parceria da Universidade Federal de Lavras (UFLA), da Cooperativa dos Produtores Rurais de Catuti (COOPERCAT), sediada no norte de Minas Gerais e do governo local.

Realizados em Kaélé, os treinamentos uniram teoria e prática sobre preparo de solo, semeadura e pulverização, priorizando tecnologias acessíveis à agricultura familiar.

Com a adoção dessas inovações, espera-se um aumento de produtividade de até 71%, além da redução de perdas e do esforço físico no campo. Ao colocar os agricultores no centro do processo por meio de metodologias participativas, o projeto busca não apenas modernizar a cadeia produtiva, mas fortalecer a renda familiar e a organização coletiva.

Essa ação em Camarões integra uma estratégia de longo prazo que o Brasil desenvolve na África há mais de duas décadas. O que começou nos anos 2000 como apoio ao grupo **Cotton-4** (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali) expandiu-se paulatinamente por todo o continente.

Hoje, a ABC, em conjunto com instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e universidades, promove a soberania tecnológica e o fortalecimento institucional em mais de uma dezena de países africanos, consolidando o Brasil como um parceiro fundamental para o desenvolvimento sustentável no Sul Global. Para saber mais, clique aqui.

A Fiocruz na cooperação Sul-Sul



8 de abril de 2026 – Internacionalização da Fiocruz em debate no senado

O Senado Federal, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, promoveu uma audiência pública para debater a internacionalização da Fiocruz como peça-chave do Estado brasileiro.

O encontro teve como foco a consolidação da fundação no cenário global, priorizando a expansão de parcerias estratégicas e o robustecimento da cooperação em saúde.

Os interlocutores foram a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), o Ministério da Saúde e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), além de representantes da própria Fundação Oswaldo Cruz.

O debate consolidou a ideia de que a inserção internacional da instituição potencializa a capacidade do Brasil de pautar agendas globais, impulsionar a soberania tecnológica e conferir escala às ações de cooperação técnica.

Um ponto central da audiência foi a discussão sobre a modernização institucional — incluindo ajustes no estatuto da fundação — para garantir maior agilidade e competitividade em sua atuação externa.

Ao reafirmar a Fiocruz como um elo entre ciência, inovação e diplomacia, os participantes destacaram seu compromisso histórico com o acesso equitativo à saúde e com o desenvolvimento de soluções voltadas tanto ao fortalecimento do SUS quanto às parcerias com o Sul Global. Para saber mais, clique aqui.



7 a 9 de abril de 2026 –Fiocruz em Lyon: Fortalecendo a Ciência e a Equidade no Fórum de Centros Colaboradores da OMS

Por intermédio de sua Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais e de seu Centro Colaborador para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul, a Fiocruz participou, do Fórum Global de Centros Colaboradores da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizado em Lyon, França.

Participaram do evento as mais de 800 instituições de 80 países que colaboram com a OMS como Centros Colaboradores que integraram a agenda estratégica da Cúpula “One Health” (Uma só Saúde).

Um dos eixos centrais do encontro foi a celebração do **Dia Mundial da Saúde de 2026**, que este ano trouxe o tema: **"Juntos pela Ciência”** que reforça o papel da evidência científica como o único alicerce seguro para a saúde pública e a governança global.

Desde a época da Liga das Nações (1920 a 1946) que se utilizavam instituições nacionais para fins internacionais, tais como laboratórios designados como centros de referência para a padronização de produtos biológicos. Quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi criada em 1948, nomeou outros centros de referência e estabeleceu a política de que a Organização deveria avançar com seu trabalho, coordenando e utilizando instituições já existentes nos Estados Membros, ampliando assim a participação nacional nas atividades da OMS.

Hoje em dia, os centros colaboradores da OMS são instituições como institutos de pesquisa, departamentos de universidades, academias ou hospitais designados pelo Diretor-Geral, para fazer parte de uma rede colaborativa internacional para realizar atividades de apoio aos programas da OMS em nível nacional, interpaíses, regional, inter-regional e global. Alinhados com a política e estratégia de cooperação técnica da OMS, um centro colaborador também participa no fortalecimento do país, contribuindo com apoio técnico e compartilhando informação, apoiando o desenvolvimento nacional de saúde em informação, serviços, investigação e capacitação.

GRUPO DO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

8 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na 2ª consulta informal sobre o diálogo global sobre a governança de IA

O G-77 e a China apresentaram um estratégico que condicionou o sucesso da governança global da tecnologia à inclusão efetiva dos países em desenvolvimento. O Grupo enfatizou que o debate deve ser vinculado à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com um foco no financiamento de infraestrutura e na capacitação técnica, defendendo a ativação de mecanismos como o Fundo Global de IA.

O Grupo manifestou preocupação com os impactos ambientais da tecnologia e destacou que os centros de processamento de dados e a extração de minerais críticos geraram pressões sobre recursos hídricos e energéticos localizados majoritariamente no Sul Global.

Além disso, rejeitaram a aplicação de medidas coercitivas unilaterais que limitam o acesso de diversos países às inovações, pleiteando que a arquitetura de governança deve ser centralizada na ONU para garantir transparência e participação equitativa.

No campo prático, o G-77 e a China insistiram com a comunidade internacional para que priorizem soluções de IA que respondam a desafios concretos em saúde, agricultura e educação.

O Grupo cobrou maior responsabilidade do setor privado e das plataformas tecnológicas, ressaltando que a soberania digital e a proteção do mercado de trabalho foram pilares centrais para assegurar uma transição tecnológica justa e resiliente.

7 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China nas consultas informais sobre o Fórum FfD (financiamento para o desenvolvimento) do ECOSOC: conclusões e recomendações acordadas

A declaração reflete uma postura firme na defesa dos interesses e prioridades dos países em desenvolvimento, reiterando a necessidade de melhorar o texto atual para que as recomendações finais se tornem mais orientadas à ação e sejam menos diagnósticas.

O Grupo enfatizou sua preferência por negociações detalhadas, buscando uma estrutura que permita diálogos mais profundos e construtivos.

Em relação ao financiamento global para o desenvolvimento, o G-77 e a China propuseram ajustes organizacionais, como a fusão das seções de implementação e próximos passos, além de sugerir o enxugamento de parágrafos transversais para evitar o

[1] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

reprocessamento de linguagens já acordadas em Sevilha (FfD), defendendo a separação de temas sensíveis como o direito ao desenvolvimento e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (CBDR).

No que se refere ao setor privado e ao comércio internacional, o Grupo manifestou sua preocupação com o caráter aspiracional das propostas, solicitando mandatos claros que beneficiem especificamente os Países menos desenvolvidos (LDCs), países em desenvolvimento sem litoral (LLDCs) e pequenos Estados insulares em Desenvolvimento (SIDS).

Sobre o comércio, há um alerta explícito contra o aumento das tensões geopolíticas, o protecionismo e as medidas ambientais unilaterais, como os ajustes de carbono na fronteira, que podem atuar como restrições disfarçadas ao comércio internacional. O G-77 reivindica um sistema multilateral baseado em regras que garanta uma integração justa das nações do Sul Global nas cadeias de valor.

Quanto à arquitetura financeira internacional, o Grupo insistiu no fortalecimento da voz e da participação dos países em desenvolvimento nas instituições financeiras, classificando como inaceitável a ausência de referências às agências de classificação de risco e à necessidade de reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs).

Além disso, destacaram a importância da cooperação internacional frente às mudanças tecnológicas e aos ativos digitais.

Por fim, em relação à dívida e cooperação, o G-77 reiterou o pedido por um processo intergovernamental de dívida na ONU, o uso de instrumentos inovadores como a troca da dívida (*debt swaps)* e o fortalecimento de compromissos com a cooperação Sul-Sul e triangular, visando um documento final que seja ambicioso e reflita fielmente as necessidades do Sul Global.

6 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião informal da plenária da AGNU sobre a atualização da iniciativa ONU80: apresentação sobre o Grupo de Trabalho 3

O G77 e China solicitaram que as apresentações e análises detalhadas da Iniciativa ONU80 estejam disponíveis, com antecedência, aos Estados-membros, visando garantir trocas mais substantivas durante os briefings.

Diante da complexidade do Grupo de Trabalho 3, que abrange 25 pacotes de trabalho com potenciais consequências institucionais de longo prazo, o Grupo enfatizou a necessidade de tempo adequado para avaliar suas implicações.

O Grupo defendeu que nenhuma proposta deve diluir os mandatos de desenvolvimento; ao contrário, as reformas devem fortalecer a entrega em campo, basear-se em dados e evidências, e ser sustentadas por análises de custo-benefício e avaliações de risco rigorosas.

Quanto a pacotes específicos, o Grupo destacou as conclusões preliminares sobre a fusão estratégica entre a Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a ONU Mulheres, solicitando informações complementares já requeridas pelos respectivos Conselhos Executivos.

Por outro lado, o G-77 e a China destacaram como pontos positivos os pacotes que promovem a unificação tecnológica e a padronização de dados em todo o sistema da ONU.

Para o Grupo, o progresso nessas áreas pode reduzir a fragmentação da infraestrutura de TIC e transformar os dados da ONU em um bem público genuíno para o planejamento nacional e o monitoramento dos ODS, gerando os resultados tangíveis necessários para construir confiança em reformas mais complexas.

O Grupo reiterou que qualquer ajuste estrutural deve respeitar as realidades operacionais e evitar interrupções no apoio prestado nos países. Nesse sentido, destacou a importância de um diálogo inclusivo sobre a governança e o impacto dessas mudanças na prestação de serviços na ponta.

Ao finalizar, o G-77 e China reafirmaram seu compromisso construtivo com a Iniciativa ONU80, buscando um sistema das Nações Unidas mais eficaz, equitativo e representativo, que fortaleça o multilateralismo e impulsione o desenvolvimento global.

2 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no encerramento da 3ª sessão da comissão preparatória do acordo da Biodiversidade Marinha além da Jurisdição Nacional (BBNJ)

O G-77 e China reconheceram a liderança da Mesa Diretora e à Divisão para Assuntos do Oceano e o Direito do Mar (DOALOS) por sua condução nas discussões sobre o Acordo BBNJ, reiterando o compromisso histórico dos países em desenvolvimento com a implementação efetiva deste tratado.

O Grupo enfatizou que a representação geográfica equitativa deve ser um pilar das negociações, defendendo que a sede da futura Secretaria do Acordo seja estabelecida em um país em desenvolvimento. Nesse sentido, destacaram as candidaturas do Chile e da China, como demonstrações práticas da prontidão do Sul Global em liderar a governança dos oceanos.

Um ponto central da declaração foi a defesa da participação plena e equitativa de todos os Estados, independentemente de sua situação financeira. O Grupo sublinhou que o financiamento adequado, previsível e acessível é indispensável para que os países em desenvolvimento cumpram suas obrigações e participem ativamente dos órgãos subsidiários.

Além disso, reafirmaram o princípio do multilinguismo como requisito essencial para a transparência e acessibilidade de peritos de diferentes regiões nas instâncias decisórias do Acordo e no Mecanismo de Intercâmbio (*Clearing-House Mechanism*).

Quanto ao Mecanismo de Intercâmbio, o G-77 e a China destacaram a função crítica deste Mecanismo como plataforma para cooperação internacional e transferência de tecnologia marinha. Defenderam que este sistema seja interativo e interoperável, facilitando o acesso a recursos técnicos e garantindo o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios derivados de recursos genéticos marinhos e informações de sequenciamento digital.

Com foco na futura **COP1**, o Grupo solicitou que a comunidade internacional priorize a prontidão operacional e defina cronogramas claros para os trabalhos entre as sessões. O objetivo é garantir uma transição suave entre as fases preparatória e de implementação.

Por fim, a declaração reafirmou que o multilateralismo deve guiar a criação de instituições inclusivas e preparadas para os desafios da biodiversidade marinha.

30 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião especial do ECOSOC de 2026 sobre classificações de crédito

Nesta declaração, o G-77 e a China reiteraram que as classificações de crédito soberano transcenderam a função de meros indicadores técnicos para se tornarem determinantes sistêmicos do desenvolvimento.

O Grupo argumenta que, em vez de auxiliarem no enfrentamento de desafios como o endividamento e as mudanças climáticas, essas avaliações frequentemente exacerbam os impactos de barreiras comerciais e medidas coercitivas unilaterais.

O rebaixamento de uma nota de risco pode representar centenas de milhões de dólares adicionais no serviço da dívida, comprimindo diretamente o espaço fiscal para investimentos vitais em saúde, educação e ação climática.

Um dos pontos centrais da crítica do Grupo está relacionado ao viés metodológico das agências, que utilizam indicadores estruturais baseados em economias avançadas.

Segundo o Grupo, tais metodologias falham em capturar as capacidades produtivas, trajetórias demográficas e riquezas naturais dos países em desenvolvimento, resultando em uma precificação equivocada do risco que se torna autorrealizável: o custo mais elevado do crédito restringe o desenvolvimento, o que, por sua vez, valida a avaliação negativa original.

Diante desse cenário, o Grupo enfatizou a urgência do cumprimento do **Compromisso de Sevilha**, exigindo maior transparência, a integração de horizontes temporais mais longos nas análises e um engajamento técnico profundo entre as agências e os governos nacionais.

Destacaram a necessidade de fortalecer as capacidades técnicas das unidades de gestão de dívida nos países de baixa renda, visando qualificar o diálogo com as agências de risco e corrigir distorções informacionais.

Em conclusão, o G77 e a China reafirmaram que não buscam a substituição total das instituições financeiras existentes, mas insistem em uma reforma substantiva e não apenas cosmética. Esperam recomendações tangíveis para a redução do custo de capital e para uma mudança fundamental na forma como o risco soberano é conceituado, garantindo que o progresso rumo aos ODS não seja inviabilizado por métricas financeiras de curto prazo.

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

5.ª Conferência da Rede Parlamentar do Movimento dos Não-Alinhados (NAM PN)

A 5.ª Conferência da Rede Parlamentar do Movimento dos Não-Alinhados realizada em 15 de abril de 2026 em Istambul, foi um marco de articulação política do Sul Global. O encontro ocorreu estrategicamente às margens da 152.ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP), aproveitando a presença massiva de lideranças legislativas globais sob o lema "**Nutrir a esperança, garantir a paz e a justiça para as gerações futuras**".

A 152.ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP)

A Assembleia da União Interparlamentar é a principal instância deliberativa da organização mundial dos parlamentos nacionais, funcionando como uma espécie de "Assembleia Geral da ONU" para legisladores. Realizada em Istambul, na Turquia, entre os dias

12 e 16 de abril de 2026, esta edição assumiu um papel estratégico ao reunir parlamentares de quase todos os países do globo — tanto nações desenvolvidas quanto em desenvolvimento — para debater soluções legislativas para crises que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Mandato e Estrutura da UIP

Fundada em 1889, a UIP é a organização internacional mais antiga do mundo dedicada ao fortalecimento da cooperação política multilateral, destacando-se por reunir, em uma plataforma de diálogo universal, legisladores de diversos blocos econômicos e políticos. Suas assembleias, realizadas semestralmente, servem para coordenar a ação parlamentar global em temas fundamentais como democracia, direitos humanos e paz. Sob o tema de 2026, a 152.ª Assembleia direcionou o foco das discussões para o legado das políticas públicas atuais frente ao cenário de instabilidade geopolítica.

Principais Eixos da Agenda

- **Diplomacia de Paz:** A assembleia funcionou como um fórum de diálogo para países em conflito que, muitas vezes, enfrentam impasses em instâncias executivas. O foco deste ano esteve na criação de mecanismos parlamentares para supervisionar acordos de paz e garantir a reconstrução pós-conflito.

- **Justiça Intergeracional:** Um dos grandes debates centrou-se em como as legislações atuais sobre clima e dívida pública impactam as gerações futuras.

- **Combate ao Protecionismo:** Em sintonia com as pautas do Sul Global, discutiram-se resoluções para fortalecer o sistema de comércio multilateral e combater barreiras unilaterais que afetam o crescimento econômico dos países em desenvolvimento.

Relevância para o Sul Global

A 152.ª Assembleia da UIP revelou-se particularmente relevante para o MNA e para o G-77, consolidando-se como o palco onde as demandas do Sul foram apresentadas formalmente aos parlamentos das nações desenvolvidas. O encontro permitiu converter grandes declarações diplomáticas em propostas de leis nacionais concretas. Tendo ocorrido em abril de 2026, a Assembleia serviu como o principal termômetro para as negociações que chegarão à Assembleia Geral da ONU em setembro. Para profissionais das áreas de relações internacionais e saúde global, as decisões tomadas sobre cooperação tecnológica e financiamento tornaram-se fundamentais para a compreensão do futuro da governança multilateral.

A Consolidação da Rede Parlamentar do MNA (NAM PN)

A Rede NAM PN foi instituída em 2021 por iniciativa do Azerbaijão durante sua presidência no movimento, evoluindo rapidamente de uma plataforma consultiva para um braço político dinâmico do Sul Global. Este amadurecimento institucional teve um marco fundamental na edição anterior, realizada no Uzbequistão, que resultou na adoção da Declaração de Tashkent. Este documento consolidou a diplomacia parlamentar como ferramenta estratégica, reafirmando os Princípios de Bandung e estabelecendo diretrizes claras para o fortalecimento da soberania nacional, a justiça climática e o combate ao fosso digital.

O sucesso da reunião em Tashkent, realizada entre 23 e 24 de março de 2024, que mobilizou 53 delegações e definiu as prioridades para o mandato de 2026, permitiu que a **5ª Conferência da Rede Parlamentar do MNA** realizada em Istambul elevasse o tom diplomático e operacional dos participantes. O foco central foi a transposição da Declaração de Kampala, oriunda da 19.ª Cúpula de Chefes de Estado, de janeiro de 2024, para o nível legislativo,

priorizando o combate ao protecionismo econômico e o desenvolvimento de mecanismos de mediação de paz pós-conflito.

Essa trajetória mostrou uma convergência estratégica entre as pautas históricas do MNA e a agenda da União Interparlamentar (UIP), conferindo ao encontro de 2026 um peso político maior. Ao integrar as resoluções de Tashkent e Kampala nas discussões globais, o MNA reafirmou a relevância da diplomacia parlamentar na construção de uma nova arquitetura de governança global, mais equilibrada e atenta às necessidades das nações em desenvolvimento.

Fatos importantes

O Papel da Turquia como Anfitriã

Embora a Turquia não seja um membro pleno do MNA (ela possui status de País Convidado), o fato de sediar o encontro é altamente simbólico. Isso demonstra o papel da Turquia como "ponte" diplomática e seu interesse crescente em alinhar pautas com o Sul Global, especialmente em temas de segurança alimentar e reforma das instituições multilaterais.

Prioridades da Agenda de Istambul

Diferente das reuniões de caráter estritamente técnico, a conferência deste ano, destacou três pilares práticos fundamentais para a autonomia do Sul Global. O primeiro deles, a harmonização legislativa, que buscou incentivar a criação de leis nacionais que facilitem o comércio entre os países do MNA, servindo como uma estratégia para contornar as crescentes barreiras protecionistas impostas pelas nações desenvolvidas. No âmbito da soberania tecnológica, os debates avançaram sobre a "descolonização digital", com o objetivo de garantir que os países em desenvolvimento não atuem apenas como consumidores de inteligência artificial e tecnologias do Norte, mas como produtores e gestores de suas próprias soluções. Por fim, o encontro priorizou o fortalecimento institucional por meio da consolidação da Secretaria da Rede Parlamentar, medida essencial para assegurar a continuidade dos projetos e compromissos do braço legislativo, independentemente das transições na presidência rotativa do Movimento.

Transição de Liderança

Vale notar que o Azerbaijão, como idealizador da rede, ainda exerce uma influência de mentor sobre a NAM PN, mas o encontro de Istambul marcou uma maior diversificação das lideranças, com forte protagonismo de países africanos e do Sudeste Asiático na relatoria das resoluções.

Azerbaijão e Uganda: Cooperação Estratégica e Sucessão no MNA

No **dia 3 de abril de 2026**, representantes do Azerbaijão e de Uganda reuniram-se para explorar novas avenidas de cooperação, consolidando um movimento estratégico de aproximação do Azerbaijão com o continente africano. O encontro focou na diversificação econômica por meio de investimentos conjuntos em setores cruciais como economia, comércio, agricultura, energia e infraestrutura. Os ministros sublinharam a relevância do apoio mútuo em plataformas multilaterais, destacando a colaboração contínua dentro do MNA. Nesse contexto, a interação entre o Azerbaijão, na qualidade de presidência anterior, e Uganda, atual detentor do mandato, reforça a eficácia do mecanismo da Troika na garantia da continuidade e estabilidade da agenda do Movimento.

Para além da vertente econômica, o diálogo enfatizou o uso do *soft power* e do posicionamento diplomático em fóruns internacionais. O Azerbaijão tem expandido sua influência global através de iniciativas como a "Diplomacia da Água" e a exportação de serviços públicos digitais — exemplificados pelo modelo ASAN Service. Por outro lado, Uganda identifica

no Azerbaijão um parceiro estratégico capaz de oferecer expertise tecnológica e aportes financeiros sem as condicionalidades tradicionalmente impostas pelas potências ocidentais. Essa sinergia não apenas fortalece os laços bilaterais, mas projeta a liderança dessas nações na construção de uma arquitetura de governança mais equilibrada para o Sul Global.

MOVIMENTO JOVEM DOS NÃO ALINHADOS (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

A "Estratégia 2026" e o Legado do Azerbaijão

O Azerbaijão continua a exercer um papel fundamental como mentor institucional para a Organização Jovem do MNA, impulsionando a chamada **"Estratégia 2026"**.

Recentemente, a organização lançou um programa de **Diplomacia Jovem em Saúde e Tecnologia**, que utiliza a expertise técnica do ASAN Service e a tradição da diplomacia humanitária para capacitar novos quadros.

ASAN Service (do azeri *Azerbaijan Service and Assessment Network*) é o modelo de excelência do Azerbaijão para a prestação de serviços públicos integrados. Lançado em 2012, ele funciona como uma rede de centros de "balcão único" que reúne diversos órgãos governamentais e entidades privadas em um único local físico ou plataforma digital.

O objetivo central do programa de Diplomacia Jovem em Saúde e Tecnologia é formar jovens diplomatas do Sul Global aptos a negociar temas complexos, como segurança alimentar e acesso equitativo a vacinas, reduzindo a dependência histórica de modelos e soluções provenientes do Norte Global.

Essa atuação não se limita aos gabinetes e fóruns acadêmicos, manifestando-se em ações práticas de solidariedade que reforçam a identidade do bloco.



Um exemplo marcante dessa capilaridade foi a iniciativa do Capítulo Nacional do NAMYO na Guiné-Bissau, que, com o apoio da agência AIDAzerbaijan[7], promoveu um *iftar*[8] para mais de 100 participantes. O encontro reuniu representantes comunitários e parceiros locais, consolidando os valores de unidade e coesão social que sustentam o movimento. Dessa forma, o NAMYO conecta a modernização da gestão pública — simbolizada pela eficiência do ASAN — ao fortalecimento dos laços humanitários, preparando uma nova geração de líderes para os desafios da governança global.

[7] Agencia de Cooperação do Azerbaijão

[8] Iftar é a refeição celebrada ao pôr do sol, momento em que os muçulmanos quebram o jejum diário durante o mês sagrado do Ramadã.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais.

Em 2025, celebra seu 30º aniversário

Notícias

9 de abril de 2026 – O Centro Sul participou da Conferência sobre Ação Humanitária, Reparação e Responsabilidade em um Contexto de Sanções Unilaterais, organizada por Alena Douhan, do Grupo de Amigos em Defesa da Carta da ONU, na sede da ONU em Genebra.







8 de abril de 2026 – Na reunião especial do ECOSOC de 2026 sobre cooperação internacional em matéria tributária, Abdul Muheet Chowdhary, do Centro Sul foi debatedor no painel "Estabelecimento Permanente e Presença Econômica Significativa: Escolhas, Desafios e Experiências Nacionais".

Principais pontos abordados na intervenção:

– Os países em desenvolvimento devem considerar a implementação imediata de medidas nacionais, como a Presença Econômica Significativa (PES), para a tributação da economia digital.

– As experiências práticas dos membros do Centro Sul, Índia, Nigéria e Colômbia, na implementação da PES, oferecem lições e orientações valiosas para outros países em desenvolvimento.

– A presença física não é mais o único requisito para o estabelecimento de direitos tributários; a localização dos mercados e dos usuários é uma base legítima para a alocação desses direitos.

– O Centro Sul South apoiará seus membros e outros países em desenvolvimento para garantir que essas considerações sejam refletidas nas atualizações dos padrões tributários internacionais que estão sendo negociadas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional e no Comitê Tributário da ONU.

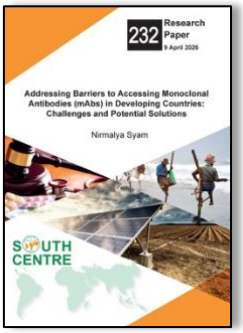


31 de março de 2026 – Fortalecimento da Governança Tributária Global: Coordenação do Sul Global em Nova York

A Missão Permanente do Brasil junto à ONU em Nova York sediou uma reunião estratégica de coordenação voltada aos Estados-membros do Centro Sul e outras nações do Sul Global. O encontro focou nas negociações para o estabelecimento de uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional, iniciativa que visa democratizar a arquitetura financeira global e garantir que os países em desenvolvimento tenham voz ativa na definição de regras fiscais transfronteiriças.

Realizada à margem da 32ª Sessão do Comitê Tributário da ONU, a reunião foi organizada em parceria entre o Centro Sul e a Comissão Independente para a Reforma da Tributação Internacional das Empresas (ICRICT). O diálogo reforçou a necessidade de uma reforma que combata a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos, promovendo uma repartição mais justa dos direitos de tributação. Ao liderar esse movimento, o Brasil e o Centro Sul reafirmam o compromisso com a cooperação Sul-Sul, buscando converter consensos diplomáticos em uma estrutura institucional permanente que apoie o financiamento do desenvolvimento sustentável.

Artigo de pesquisa



9 de abril de 2026 – Abordando Barreiras ao Acesso a Anticorpos Monoclonais (mAbs) em Países em Desenvolvimento: Desafios e Soluções Potenciais

Nirmalya Syam

Os anticorpos monoclonais (mAbs) representam uma revolução no tratamento oncológico, doenças autoimunes e doenças infecciosas, oferecendo alta especificidade e eficácia.

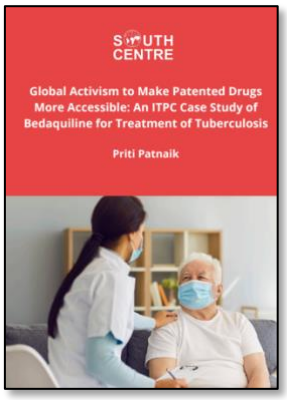
Contudo, o acesso a essas terapias em países em desenvolvimento é drasticamente limitado por uma combinação de custos elevados, concentração de mercado em regiões de alta renda, obstáculos regulatórios e barreiras de propriedade intelectual. Embora os biossimilares surjam como uma alternativa para ampliar a acessibilidade, sua disponibilidade é restringida por processos de desenvolvimento onerosos, complexos emaranhados de patentes e o domínio de multinacionais farmacêuticas, que atrasam a concorrência e a consequente redução de preços. Adicionalmente, muitas agências reguladoras no Sul Global carecem de recursos para agilizar aprovações, o que exacerba os atrasos no atendimento aos pacientes.

Para enfrentar esse cenário, o Centro Sul defende intervenções políticas coordenadas, como a harmonização regulatória, exames de patentes mais rigorosos e o fomento ao investimento público na produção local de mAbs.

A adoção das diretrizes revisadas da OMS (2022) para Produtos Bioterapêuticos Semelhantes (PBS) é vista como um passo essencial para simplificar aprovações, ao reduzir a exigência de ensaios clínicos comparativos desnecessários. Além disso, iniciativas de transferência de tecnologia e o uso de instrumentos como o licenciamento compulsório são fundamentais para acelerar a oferta em regiões carentes.

Com a implementação dessas recomendações, busca-se estabelecer uma cadeia de suprimentos sustentável e equitativa, garantindo que o progresso científico chegue, de fato, àqueles que mais precisam.

Informação



2 de abril de 2026 – Ativismo Global para Tornar Medicamentos Patenteados Mais Acessíveis: Um Estudo de Caso do ITPC sobre a Bedaquilina para o Tratamento da Tuberculose

Priti Patnaik

A tuberculose (TB) permanece como uma das crises sanitárias mais persistentes do mundo, sendo as formas resistentes a medicamentos um desafio crescente. Nesse cenário, a **Bedaquilina (BDQ)** revolucionou o tratamento ao oferecer regimes mais curtos, eficazes e com menos efeitos colaterais.

Contudo, o acesso universal a essa inovação enfrentou barreiras críticas de propriedade intelectual, documentadas em um estudo de caso do Centro Sul realizado entre 2023 e 2024. O relatório detalha os esforços coordenados de organizações da sociedade civil (OSCs) em países como Brasil, Tailândia e Ucrânia para garantir a acessibilidade do medicamento por meio das flexibilidades previstas no Acordo TRIPS.

O foco central das Organizações da Sociedade Civil foi o combate às chamadas patentes secundárias, uma estratégia conhecida como *evergreening*, utilizada pela farmacêutica Johnson & Johnson para estender seu monopólio para além da expiração da patente original.

Ao argumentar que tais extensões careciam de mérito inventivo e inflacionavam artificialmente os preços, essas organizações obtiveram vitórias estratégicas. Destacam-se a rejeição de patentes na Índia e na Tailândia, além do compromisso histórico da empresa de não aplicar patentes em 134 países de renda baixa e média.

A análise do Centro Sul ressalta que, embora as oposições de patentes pré-concessão tenham se mostrado ferramentas poderosas, o caminho ainda é marcado por dificuldades judiciais e pela necessidade de maior vontade política. Essas ações reafirmam a importância das salvaguardas de saúde pública no sistema de propriedade intelectual, assegurando que o lucro não se sobreponha ao direito à vida e ao tratamento digno dos pacientes com TB em todo o mundo.

Resumo de política



31 de março – Equilibrando o Sistema Global de Direitos Autorais no Interesse Público: Uma Análise do Instrumento Proposto pelo Grupo Africano sobre Limitações e Exceções

Faith O. Majekolagbe

O estabelecimento de um instrumento internacional focado em limitações e exceções (L&Es) aos direitos autorais é um passo essencial para equilibrar os direitos exclusivos dos detentores de propriedade intelectual com o interesse público primordial de acesso ao conhecimento. Embora marcos como o Tratado de Marraquexe tenham avançado na acessibilidade para pessoas com deficiência visual, os instrumentos atuais ainda são insuficientes para garantir L&Es abrangentes voltadas à educação, à pesquisa e ao funcionamento pleno de instituições de patrimônio cultural, como bibliotecas, arquivos e museus.

Nesse contexto, a proposta apresentada pelo Grupo Africano busca instituir padrões mínimos obrigatórios que assegurem o acesso à informação e apoiem o desenvolvimento científico sem as amarras de sistemas de direitos autorais excessivamente restritivos. O objetivo é promover uma harmonização global que alinhe as leis de propriedade intelectual às obrigações de direitos humanos e às metas de desenvolvimento sustentável. Analisando profundamente essa iniciativa, o Centro Sul lançou um resumo político-estratégico que examina as disposições substantivas da proposta, destaca seus benefícios potenciais para o Sul Global e sugere aprimoramentos técnicos para fortalecer a viabilidade do instrumento no cenário internacional.